



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 164, DE 2006
(nº 435, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os *agrément*s dos governos desses países.

Os méritos do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de junho de 2006.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fernando Paulo de Mello Barreto Filho", is placed over a large, light-colored, irregular oval shape.

EM Nº 00215 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 31 de maio de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal; o artigo 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o artigo 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor **FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor **FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO** poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os *agrément*s dos governos desses países.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* do Senhor **FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO

CPF.: 42660297800

ID.: 7497 MRE/DF

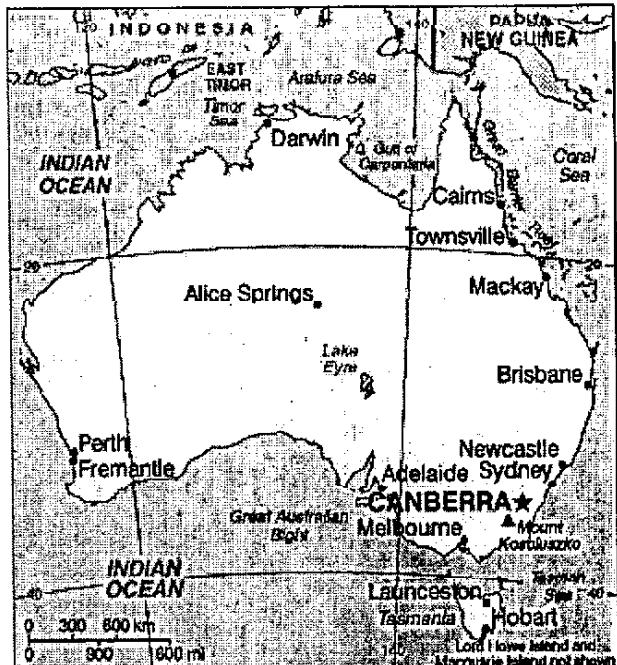
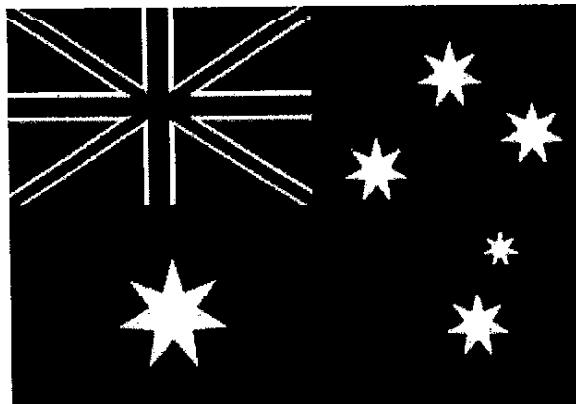
- 1948 Filho de Fernando Paulo de Mello Barreto e Lélia Vasconcelos de Mello Barreto, nasce em 17 de junho em São Paulo/SP
- 1972 Direito pela Universidade de São Paulo/SP
- 1974 Mestre em Direito pela Columbia University/ Nova York, EUA

- 1977 Concurso Direto, IRBr
- 1977 Terceiro Secretário em 01 de dezembro
- 1977 Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assessor
- 1980 Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo Secretário
- 1980 Segundo Secretário, por antigüidade, em 23 de janeiro
- 1982 Embaixada em Quito, Segundo Secretário
- 1982 Ordem do Mérito Civil, Espanha
- 1984 CAD - IRBr
- 1985 Divisão de Política Comercial, assistente
- 1986 Secretaria de Imprensa do Gabinete, subchefe
- 1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 19 de dezembro
- 1986 Ordem do Mérito Naval
- 1987 Ordem do Mérito Militar
- 1987 Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho
- 1987 Missão em Nova York, Primeiro Secretário
- 1990 Secretaria de Imprensa do Gabinte, subchefe
- 1991 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1992 Gabinete, Coordenador Executivo
- 1992 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
- 1994 CAE - IRBr, O tratamento nacional de investimentos estrangeiros
- 1995 Missão Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro Conselheiro
- 1996 Regras multilaterais para investimentos, in Política Externa, vol. 5, nº 1
- 1997 Ministro de Segunda Classe em 24 de dezembro
- 1999 Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior, assessor especial
- 1999 O tratamento nacional de investimentos estrangeiros, Ed. FUNAG, Brasília
- 2001 Gabinete, Subchefe e Chefe, substituto
- 2002 Os Sucessores do Barão – A Política Externa de 1912 a 1964, Paz e Terra, São Paulo
- 2002 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial

- 2002 Ordem da Polônia
- 2002 Ordem Mexicana da Águia Azteca
- 2002 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de dezembro
- 2003 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral
- 2003 Da Primeira Guerra Mundial à Liga das Nações, (capítulo), Missões de Paz, Editora Log on/RJ

Clarice D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
 Diretora do Departamento do Serviço Exterior

AUSTRALIA



- **Área:** 7,686,850 km²;
- **Clima:** De árido a semi-árido, temperado ao sul e leste, tropical ao norte;
- **Recursos naturais:** Bauxita, carvão, minério de ferro, cobre, ouro, prata, urânio, níquel, tungstênio, areias minerais, zinco, diamantes, gás natural, petróleo, chumbo;
- **População:** 20,4 milhões (2005);
- **Analfabetismo:** 0% desde 1980;
- **Expectativa de vida (2000):** 80 anos;
- **Índice (IDH):** 3º lugar no ranking mundial (2005) – ref: Brasil 63º lugar;

- **Idioma (Censo 2001):** Inglês (79,1%), Mandarim (2,1%), Italiano (1,9%), Outros (11,1%), Não Especificado (5,8%);
 - **Etnias:** Brancos (92%), Asiáticos (7%), Aborígenes e Outros (1%);
 - **Religiões (Censo 2001):** Catolicismo (26,4%), Anglicanismo (20,5%), Outros Cristãos (20,5%), Budismo (1,9%), Islamismo (1,5%), Outras (1,2%), Não Especificadas (12,7%), Nenhuma (15,3%);
 - **Forma de Estado:** Monarquia Parlamentarista;
 - **Forma de Governo:** Sistema federativo que reconhece o monarca britânico como Chefe de Estado;
-

- **PIB:** US\$ 707,8 bilhões (2005).
 - **Crescimento do PIB:** 2,5 % (2005);
 - **PIB per capita:** US\$ 26,900 (2004);
 - **Inflação:** 2,7% (2005);
 - **Agric:** 3,7%; **Ind:** 25,6%; **Serv:** 70,7% (Banco Mundial 2004);
-

- **Exportações Totais da Austrália:** US\$ 106,626 bilhões (2005, fob);
- **Produtos:** Carvão, ouro, carne, lã, alumínio, minério de ferro, equipamento de transporte e maquinaria;
- **Destinos (2004):** Japão (18,6%), China (9,2%), Estados Unidos (8,1%), Coréia do Sul (7,7%), Nova Zelândia (7,4%), Índia (4,6%), Reino Unido (4,2%);
- **Importações Totais da Austrália:** US\$ 120,144 bilhões (2005, fob.);
- **Produtos:** Maquinaria, equipamento de transporte, computadores, máquinas de escritórios, equipamento de telecomunicação derivados de petróleo e petróleo não refinado;
- **Origem:** Estados Unidos (14,8%), China (12,7%), Japão(11,8%), Alemanha (5,8%), Cingapura (4,4%), Reino Unido (4,1%);
- **Saldo comercial:** - US\$ 13,518 bilhões (2005);
- **Exportações para o Brasil:** US\$ 628,3 milhões (2005, fob);
- **Produtos:** Combustíveis, óleos, ceras minerais, níquel, veículos automóveis, caldeiras e máquinas;
- **Importações do Brasil :** US\$ 462,4 milhões (2005, fob);
- **Produtos:** Veículos automóveis, tratores, ciclos, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, máquinas e aparelhos elétricos;
- **Saldo com o Brasil:** US\$ 165,8 milhões (2005);

Fonte: Economist Intelligence Unit / MDIC

PERFIL DO PAÍS

1. POLÍTICA INTERNA

São cinco os partidos políticos principais a figurar na política australiana: o Liberal, o Trabalhista, o Nacional, o Verde e o Democrata. Desde 1996, o país é governado pela Coalizão Liberal/Nacional, sob a liderança de John Howard. Nas eleições parlamentares de 2004, a coalizão obteve maioria tanto na Câmara dos Deputados ("House of Representatives") como no Senado. Eleições gerais podem ser convocadas a qualquer tempo a pedido do Primeiro-Ministro, com prévia anuência do Governador-Geral (que é o representante da Rainha Elizabeth II). As próximas eleições gerais australianas estão previstas para 2007.

O líder do segundo maior partido na Câmara dos Deputados é o líder da oposição e comanda um "Ministério Sombra" (Shadow Ministry), formado por parlamentares de seu partido. Cumpre observar, porém, que o Partido Trabalhista é uma agremiação bastante fragmentada internamente. O atual líder da oposição é o Deputado Kim Beazley, do Partido Trabalhista ("Australian Labor Party"), representante da velha liderança do partido, que não vinha logrando formular um projeto de real apelo frente ao eleitorado australiano. Recentemente, o partido passou por crise interna com a renúncia inesperada do então líder, Mark Latham, que apesar de derrotado nas eleições gerais de 2004, era tido como uma esperança de renovação. Agrava este quadro o fato, sempre lembrado nos meios políticos, de que Beazley já foi derrotado duas vezes por John Howard.

O Primeiro-Ministro John Howard, às vésperas de completar dez anos no poder, segue como figura de maior destaque da política australiana. Periodicamente surgem especulações sobre quando e como o Primeiro Ministro, de 66 anos, deixará o poder. Uma eventual alternativa a Howard é o *Treasurer* (Ministro da Fazenda), Peter Costello. Howard, no entanto, não dá indicações de que esteja pronto a encerrar sua carreira política no momento em que avança nos temas mais polêmicos de sua agenda legislativa, principalmente a reforma das leis trabalhistas. Conhecidas como "Workplace Relations Reforms", elas incluem a simplificação de regulamentos federais, um novo mecanismo de cálculo do salário mínimo e o virtual cancelamento de leis coibindo demissões sem justa causa para empresas com menos de 100 empregados. Possível fonte de irritação entre os

partidos da Coalizão são as recorrentes tentativas do Partido Nacional de negociar vantagens para o eleitorado rural, sua base de apoio, dentro do esquema maior de reformas das leis trabalhistas.

2. POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Austrália concebe hoje dois pólos de atração que condicionam a atuação internacional do país: de um lado os EUA (ainda o principal parceiro, do ponto de vista político), e de outro, o leste e sudeste da Ásia. Essa perspectiva tem razões históricas, já que o desafio constante que a Austrália enfrenta desde a independência (em 1901) é o de conciliar sua origem - ocidental - com sua geografia - oriental ou asiática - harmonizando-as para forjar sua identidade nacional. Para tanto revela-se essencial superar a noção de que o país seria uma nação ocidental isolada em sua própria região. A aproximação com o sudeste e leste da Ásia gradualmente vem superando essa avaliação.

Desde o pós-guerra, o Reino Unido, pólo de atração original do país, foi substituído pelos EUA. O *Security Treaty between Australia, New Zealand and the United States of America* (ANZUS), de 1951, no início da Guerra Fria, foi o marco formal nesse processo. Quanto ao entorno regional, foi somente a partir da década de 1980, que a Austrália iniciou aproximação com maior intensidade na Ásia e Pacífico. Elementos do novo desenho de forças na região - a parceria econômica que se havia estabelecido com o Japão desde os anos 50, a abertura da China a partir dos anos 70, o desenvolvimento dos "tigres asiáticos" e a necessidade de atenção constante no relacionamento bilateral com a Indonésia - motivaram o Governo de Camberra a dirigir foco para o sudeste e leste da Ásia, sem, no entanto, afastar-se dos Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro John Howard definiu como fulcro da ação no exterior a aliança militar com os EUA, a "guerra ao terror" e a busca de oportunidades comerciais bilaterais. EUA, Japão, Indonésia e China ocupam o mais alto nível do relacionamento bilateral australiano. O governo John Howard, no poder desde 1996, deu tonalidades à inserção na Ásia, ao sintetizar a política externa australiana na frase: "Asia first, but not Asia only". Camberra passou a ver a Ásia mais sob o ponto de vista econômico e comercial e a privilegiar nitidamente o relacionamento político com os Estados Unidos.

O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 reforçou a tendência da coalizão Liberal/Nacional a levar a crescente preocupação com segurança ao primeiro plano dos interesses australianos. As declarações de Howard sobre o direito de a Austrália atacar preventivamente focos terroristas no exterior, entretanto, causaram impacto negativo no Sudeste Asiático.

3. ECONOMIA

A Austrália vem implementando uma política de liberalização econômica desde o início dos anos oitenta, ainda sob o governo trabalhista, cujo marco inicial foi a livre flutuação da moeda nacional - o dólar australiano - em 1983.

A coalizão de governo entre os partidos Liberal e Nacional assumiu o poder no início de 1996 com uma agenda de reformas fiscais. Além de ter sido capaz de praticamente eliminar o déficit orçamentário, a aliança também cumpriu a promessa de diminuir o imposto de renda. O processo de redução das barreiras tarifárias às importações, iniciada em governos anteriores, foi intensificado. Deu-se início, igualmente, à liberalização parcial do sistema bancário e foi aprovada legislação para reforma fiscal. Do ponto de vista do crescimento econômico, aumento da produtividade e competitividade, redução do desemprego e contenção da inflação, o governo da coalizão Liberais/Nacionais colheu resultados satisfatórios. No plano externo, o Governo estimula a celebração de acordos de livre comércio com seus principais parceiros comerciais.

Com a vitória nas eleições parlamentares federais de 2004, que garantiu maioria da coalizão também no Senado a partir de julho de 2005, o aprofundamento da agenda liberal tomou novo ímpeto. Nessa linha, o governo, além de seguir a política de equilíbrio orçamentário, deverá ampliar as privatizações, com destaque para a provável privatização completa da Telstra (principal empresa de telecomunicações do país); desregulamentar o mercado de trabalho; e facilitar a propriedade por estrangeiros dos setores de mídia.

4. RELAÇÕES BRASIL - AUSTRALIA

A primeira representação diplomática da Austrália na América Latina instalou-se em 1946 no Rio de Janeiro (naquele momento, a Austrália mantinha representações em apenas oito países); as relações diplomáticas entre Brasil e Austrália haviam sido estabelecidas no ano anterior. O Brasil instalou sua legação em Camberra também em 1946. Somente no último quartel do século XX, todavia, as relações australianas com a América Latina vieram a adensar-se comparativamente, em especial nos campos de comércio e de investimentos.

Em 2001, às vésperas da primeira visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Alexander Downer à América Latina (Brasil, Argentina e Chile), foi criado, no âmbito do Departamento (Ministério) dos Negócios Estrangeiros e Comércio (DFAT), o Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR), com o objetivo de incrementar as relações da Austrália com a América Latina e estimular o conhecimento mútuo. No âmbito da América Latina, o relacionamento com o Brasil é prioritário para o governo australiano, segundo o DFAT tem indicado à Embaixada em Camberra. As relações bilaterais vêm registrando significativo incremento nos últimos anos, com multiplicação de visitas de alto nível, expansão do comércio e dos investimentos e identificação de maiores possibilidades de cooperação científica e tecnológica.

A Austrália tem apoiado ostensivamente o pleito brasileiro a uma vaga de membro permanente do CSNU. Há significativas convergências também em outros temas da agenda multilateral como, por exemplo, nas negociações comerciais no âmbito da OMC, e naquelas sobre preservação ambiental na Antártida e atuação na Comissão Internacional da Baleia, embora um ponto de discordância seja a não ratificação pela Austrália do Protocolo de Quioto. Além disso, a Austrália é uma das principais vozes do Grupo de Cairns, que busca coordenar posições entre os exportadores agrícolas e do qual o Brasil é membro fundador.

As relações econômicas entre os dois têm se intensificado paulatinamente. Contudo, embora venham-se registrando crescimentos percentuais importantes, tanto nos fornecimentos brasileiros quanto nas compras de produtos australianos, o intercâmbio comercial bilateral é ainda baixo ao se considerar o tamanho das duas economias. Em 2005 a Austrália foi destino de 0,38% das exportações brasileiras, ao passo que se originaram naquele país 0,85% de nossas importações. No plano do investimento, estima-se em US\$ 1,7 bilhão o estoque de origem australiana acumulado no Brasil até o final de 2004, concentrado sobretudo no setor mineral.

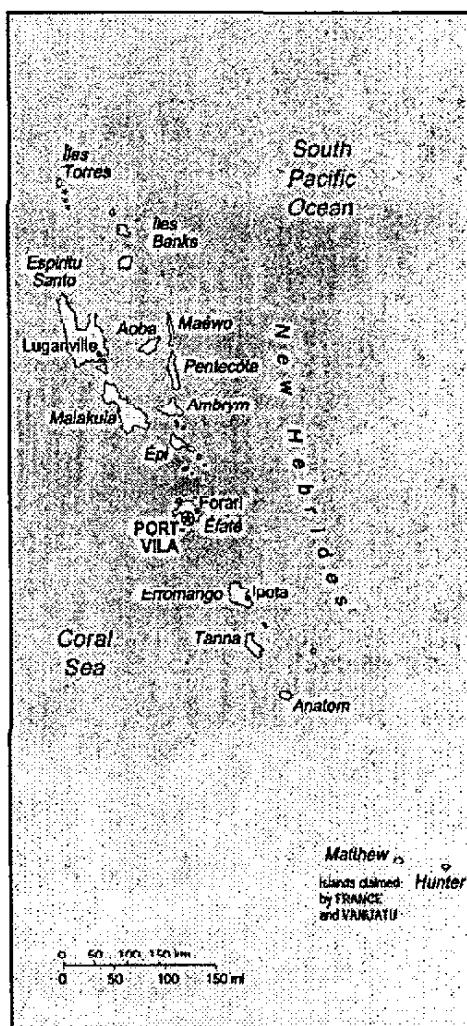
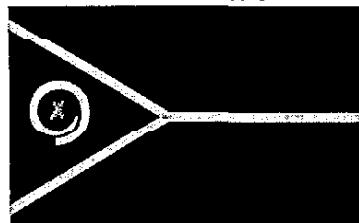
**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
AUSTRÁLIA**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AUSTRÁLIA⁽¹⁾ (US\$, F.O.B.)	2004	2005
Exportações Brasileiras	368.181.094	462.441.656
Variação em relação ao ano anterior	20,88%	25,60%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,39%	0,39%
Importações Provenientes da Austrália	373.656.856	628.293.832
Variação em relação ao ano anterior	27,70%	68,15
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,59%	0,85%
Intercâmbio Comercial	741.837.950	1.090.735.488
Balança Comercial	-5.475.762	-165.852.176

Fonte: MDIC

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão da Ásia e Oceania I

VANUATU



VANUATU – DADOS GERAIS

Nome oficial do país: República de Vanuatu;

Área territorial: 12.189 Km²

População: 213 mil (2004);

Etnias: melanésios nativos (98%), franceses, vietnamitas, chineses e outras etnias das Ilhas do Pacífico (2%);

Língua: três línguas oficiais: inglês, francês, bislama e mais de 100 línguas locais;

Capital: Porto Vila (ilha Éfaté);

Sistema de governo: República Parlamentarista;

Chefe de Estado: Presidente Kalkot Matas Kekkele (dcscdc 16 de agosto de 2004);

Chefe de Governo: Primeiro Ministro Ham Lini (desde 11 de dezembro de 2004);

Religião: Presbiterianos 36,7%, Anglicanos 15%, Católicos Romanos 15%, crenças indígenas 7,6%, Adventistas do Sétimo Dia 6,2%, Igreja de Cristo 3,8%, outros 15,7%;

Data nacional: 30 de julho;

PIB: US\$ 316,3 milhões (2004);

PIB per capita: US\$ 1,151(2004);

PNB per capita: US\$1,180 (2004);

Taxa de crescimento do PIB: 3,0 % (2004);

Composição do PIB por setor: agricultura 26%; indústria 12%; serviços 62%;

Principais atividades econômicas: Produção de coco, polpa de coco, cacau, café, frutas, peixe, carne. Indústrias de congelados alimentícios, processamento de madeira e enlatados de carne;

Exportações: US\$38.1 milhões F.O.B. (2004);

Principais produtos exportados: Carne bovina, cacau, café, madeira, aguardente de kava, polpa de coco;

Principais produtos importados: maquinaria e equipamentos, produtos alimentícios e combustíveis;

Importações: US\$111.6 milhões C.I.F. (2004);

Principais parceiros comerciais: Exportações: UE 44,9%, Austrália 12,1%, Japão 6.8%, Nova Caledônia 4.6% (2004). Importações: Austrália 42.5%, Nova Zelândia 13%, Fiji 8.6%, Cingapura 6.2% (2004);

1. POLÍTICA INTERNA

Em dezembro de 2004, após decisão da Corte Suprema e da Corte de Apelação de Vanuatu, o Parlamento daquele país aprovou voto de desconfiança contra o então Primeiro-Ministro Serge Vohor. Com a decisão e a consequente validação da votação, Vohor teve que deixar o poder e foi substituído por Ham Lini, irmão mais novo de Walter Lini, considerado o fundador do Estado. Ham Lini já foi Vice-Primeiro-Ministro em sucessivas administrações anteriores. Espera-se que o novo Gabinete traga maior tranquilidade política ao país, tumultuado pelos seis meses do Governo Vohor, acusado de corrupção.

O último episódio controvertido de Vohor esteve ligado ao estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan, o que foi rejeitado por seus próprios Ministros, pois Vanuatu já reconhecia a República Popular da China – um dos poucos países do mundo a manter Embaixada em Port Vila. Assim, o voto de desconfiança culminou uma série de controvérsias que envolviam a administração de Vohor e teria sido precipitado pela decisão pessoal de Vohor em assinar um acordo com Taiwan, no último dia 3 de novembro. Comitê de Ética de Vanuatu estaria, ademais, investigando alegações de que as autoridades de Taipé teriam pago milhares de dólares americanos em propinas no contexto de tal reconhecimento. Desde a posse do novo governo, o país tem vivido tempos de estabilidade política.

2. POLÍTICA EXTERNA

Dos cerca de 7,8 milhões de habitantes da Oceania (excluídas Austrália e Nova Zelândia), 5,7 milhões correspondem à população da Papua Nova Guiné e 800 mil, à de Fiji. O 1,3 milhão restante distribui-se pelos demais 12 países. Niue, o menor deles, tem hoje apenas 1.650 habitantes - 20.000 niuenses emigraram, sobretudo para a Nova Zelândia. Vanuatu possui cerca de 200 mil habitantes.

A partir de 2001, multiplicaram-se crises na região, como secessão em Bougainville, golpes de estado em Fiji, crônica instabilidade política e elevado índice de violência criminal na Papua Nova Guiné. Em Vanuatu, motins da polícia foram a principal expressão da crise. Em dezembro de 2004, a instabilidade política no país desdobrou-se na aprovação do voto de desconfiança do Parlamento dirigido ao Primeiro Ministro Serge Vohor, substituído por Ham Lini.

A cooperação regional encontra-se consubstanciada no Foro das Ilhas do Pacífico, que realizou em 2004 sua 35a reunião de cúpula anual. Seus principais objetivos são crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, segurança e boa governança (incluindo bom gerenciamento econômico e financeiro, respeito à lei e aos direitos de propriedade, eficiência do setor público, fortalecimento das instituições e do processo democrático e combate à corrupção).

As relações com Camberra – a economia mais forte da região – são muito importantes para Vanuatu. O Governo australiano deu claros sinais de endurecimento contra o Governo de Vohor, com ameaças de redução do nível do relacionamento e corte na ajuda externa, caso as autoridades não tomassem medidas eficazes contra a corrupção e o crime. A preocupação de Camberra estaria centrada nos temas do crime transnacional e suas implicações para a segurança regional, com a contínua piora da situação na ilha no sentido da ausência da lei. O Governo australiano deseja que a Administração de Vanuatu estabeleça uma

força policial profissional independente, inclusive com um importante papel de apoio da Polícia Federal Australiana, com vistas a prevenir a recorrência de motins policiais. Teme-se, ademais, que uma falta de cooperação com as forças policiais australianas baseadas em Vanuatu redunde, segundo Camberra, na continua utilização da ilha como plataforma para o contrabando de cocaína e heroína para a Austrália e outros mercados.

A Austrália provê mais de 50% da ajuda externa recebida por Vanuatu – A\$ 31 milhões (aproximadamente US\$ 25 milhões) em 2004 – e constitui seu maior supridor de produtos (A\$ 60 milhões em 2003), turistas e investimentos. Essa ajuda, contudo, está vinculada às prioridades australianas de política externa e, em particular, ao combate ao crime por meio da observância pelo Governo em Port Vila dos princípios de boa governança.

3. ECONOMIA

Trata-se de economia de um país minúsculo, com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes e as naturais dificuldades que tal dimensão causa ao desenvolvimento sustentado, envolvendo problemas ligados à própria identificação cultural. A economia informal ocupa 80% da população e a instabilidade política afeta o país há cerca de dez anos.

A despeito das dificuldades, Vanuatu possui até uma companhia aérea. A partir de 2003, o país registrou expansão anual do PIB superior a 2%, após a recessão dos dois anos anteriores. O crescimento foi especialmente favorecido pelo aumento dos preços dos produtos primários no mercado internacional (Vanuatu exporta cobre e cacau) e pela aquisição de propriedades em áreas costeiras, especialmente por australianos.

O papel do investimento estrangeiro e do aporte de recursos de doadores internacionais tem grande importância para a viabilidade econômica do país, cujo grande potencial econômico se encontra no setor de turismo.

4. RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. Ainda não houve nenhuma visita de alto nível de parte a parte; as relações têm-se limitado à troca de votos em organismos multilaterais.

Quando da apresentação de credenciais pelo último Embaixador Brasileiro, em outubro de 2005, foi levantado o tema de possível cooperação técnica entre os dois países. Autoridades locais mencionaram as áreas de agricultura, aquicultura, manejo florestal e futebol, como as mais propícias para o desenvolvimento da cooperação.

Vanuatu manifestou apoio à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em sua visão, um CSNU ampliado poderia incluir o Japão, um país africano, um país do Oriente Médio e representantes dos pequenos países em desenvolvimento.

As exportações brasileiras para Vanuatu resumem-se, desde 1999, a produtos de consumo de bordo e outras mercadorias para embarcações.

Intercâmbio Comercial Brasil – Vanuatu
US\$ milhares – FOB (fonte: MDIC)

Año	Exportações Brasileiras	Importações Brasileiras	Saldo para o Brasil	Total do Intercâmbio
1999	2,5	---	2,5	2,5
2000	2,2	---	2,2	2,2
2001	0,9	16,2	-15,3	17,1
2002	1,7	17,4	-15,7	19,2
2003	2,3	---	2,3	2,3
2004	---	---	---	---
2005	4,0	3,3	0,6	7,3
2006 (jan- abril)	0,5	---	0,5	0,5

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ

Informações Básicas

- Nome Oficial: Estado Independente de Papua Nova Guiné;
- Capital: Port Moresby;
- Área: 462.840km²;
- População: 5,9 milhões (2005);
- Línguas: Pidgin, Inglês, Hirimotu, dialetos;
- Moeda: Kina;
- Forma de Estado: Monarquia Constitucional;
- Organização Administrativa: 19 províncias com governos próprios;
- Chefe de Estado: Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral, Sir Paulius Matane (empossado em 29 de junho de 2004);
- Chefe de Governo: Sir Michael Somare, líder da National Alliance, eleito Primeiro Ministro pelo Parlamento em agosto de 2002;
- PIB: US\$bi 5,4 (2005);
- Crescimento: 3,2% (2005);
- Inflação: 1,7% (2005);
- Exp/Imp: 3,2 U\$bi/1,5 U\$bi (2005);
- Principais Produtos de Exportação: Ouro, Óleo cru, Cobre;
- Principais Produtos de Importação: Maquinário, Manufaturados;

Fonte: Economist Intelligence Unit

1. PAPUA NOVA GUINÉ (PNG) – LINEAMENTOS DE POLÍTICA INTERNA

Depois de ter parte de seu território pertencente à Alemanha, no fim do século XIX, e de ser ocupada por australianos durante a I Guerra Mundial, Papua Nova Guiné tornou-se independente em 1975. Seu território consolidou-se com o fim das hostilidades secessionistas de Bougainville, em 1997.

O sistema político é parlamentarista, com eleições a cada cinco anos, organizado de forma unicameral, contando 109 membros. O sistema partidário ainda está em definição, elencando-se a Aliança Nacional (do Premiê), o Movimento Democrático do Povo, e o Partido Progresso do Povo, entre outros. No geral, o país é uma democracia em organização, maciçamente rural (85%), que tenta adaptar instituições herdadas da experiência colonial inglesa. Isso significa que o país se empenha em reorganizar o espaço público, mitigando a influência tribal originária.

A dinâmica administrativo-institucional de PNG pode ser descrita como uma busca de maior estabilidade e de consolidação. A gestão do Primeiro-Ministro (PM), Sir Michael Somare dá-se no quadro da nova Lei Orgânica sobre Integridade de Partidos e Candidatos, cujo escopo é limitar o número de parlamentares independentes e fortalecer o sistema partidário. A lei é importante, dado que os antecedentes revelam que a formação de coalizões é particularmente complexa e a ameaça de moções pontilha a vida política.

2. POLÍTICA EXTERNA

A prioridade de Política Externa para PNG é a recuperação do ativismo regional, com ênfase no Pacífico e Ásia meridionais (“looking north and working the Pacific”). Pelo fato de os meios e recursos do país serem limitados, não existe uma política mais sofisticada para os outros contextos.

Assinala-se a centralidade das relações bilaterais com a Austrália. Os números do intercâmbio comercial falam por si, respondendo o parceiro meridional por 25,3% das exportações neo-guineenses e 51,3% de suas importações. O país também cede assistência técnica e domina o mercado de serviços em Papua. Contudo, essa perspectiva deve ser matizada, lembrando que PNG não tem votado em favor da Austrália em Organismos Multilaterais e existe uma atitude de certa resistência pós-colonial.

Papua Nova Guiné foi o primeiro país a engajar-se no processo da APEC e logrou aderir ao esquema de Lomé. Esse compromisso foi renovado, e hoje chama-se Acordo de Cotonou, mantendo a estrutura original de um sistema de preferências tarifárias entre a UE e países Africanos e Caribenhos, mas que também possibilita investimentos de infra-estrutura (Rodovias Magi e Hiritano, Hidrelétrica Yonki). No Pacífico Sul, é membro de uma Zona de Livre Comércio Limitada com Vanuatu e Ilhas Salomão, sendo também membro associado da ASEAN. Neste caso, busca sua efetivação como membro pleno.

Ao longo da década de 90, obteve programas de ajuda econômica da Europa e Japão. Atualmente, por estar em situação econômica ainda vulnerável, tem enfrentado dificuldades na obtenção de recursos.

3. ECONOMIA

No que diz respeito à economia, após atravessar uma recessão de três anos com inflação alta, na casa dos dois dígitos, o país logrou voltar a crescer com estabilidade de preços. Contribuiu para isso a alta dos preços de petróleo e decorrente melhora do balanço de pagamentos do país. A política do governo se caracteriza pela busca de “estabilização com crescimento”. Isso significa ênfase no setor exportador associada a um certo grau de restrição fiscal.

As dificuldades assinaladas no campo político e econômico não devem afastar a lembrança de que PNG é um país dotado de vultosos recursos naturais, com demanda sólida no mercado internacional (petróleo, ouro, cobre). As mazelas que atingem o país são claramente institucionais, o que significa que não é um “Estado Falido”. Superados os reveses, e estabelecidas instituições confiáveis, PNG tem boas perspectivas de se tornar relevante no contexto regional.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE PNG

	2001	2002	2003	2004	2005
Crescimento do PIB	-2,3%	-0,8%	1,8%	0,7%	2,9%
Inflação	9,3%	11,8%	14,7%	2,1%	1,7%
Exportações (US\$ bilhões)	1,812	1,639	2,2	2,3	3,2
Importações (US\$ bilhões)	0,932	1,077	1,187	1,3	1,5
Dívida externa (US\$ bilhões)	2,5	2,5	2,6	2,2	1,9

Fonte: *The Economist Intelligence Unit*. abril/2006.

1. RELAÇÃO COM O BRASIL

Por um conjunto de circunstâncias, geográficas, políticas, econômicas, Papua Nova Guiné tem valor estratégico limitado para o Brasil. Estabelecemos relações diplomáticas em 1989, e desde então não existem projetos de monta, muito embora as relações venham se fortalecendo nos últimos anos.

De qualquer maneira, é importante lembrar que PNG é membro das Nações Unidas e que busca adquirir visibilidade por sua participação em organismos internacionais, marcando sua independência da Austrália. O país não adotou uma postura pró-Estados Unidos, quanto ao Iraque, sempre havendo defendido a primazia das Nações Unidas nessa questão.

Em termos de iniciativa empresarial, as pautas de Brasil e PNG não são largamente complementares. Entretanto, PNG é um país importador líquido de alimentos, e suas maiores necessidades incluem maquinário para mineração e manufaturados não duráveis. Existe uma clara dependência da aviação regional para o transporte entre as ilhas, o que pode gerar alguma oportunidade para a Embraer.

Em dezembro de 2005, visitou o país delegação brasileira na área de cooperação técnica. Nessa ocasião, foram definidas como campos prioritários para a cooperação bilateral agricultura, particularmente café e cacau, pecuária e capacitação técnica entre outros. Iniciativas de capacitação técnica estão em curso presentemente.

Papua Nova Guiné se manifesta favoravelmente à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Autoridades já declararam que o país votaria nos países do G-4, inclusive o Brasil, para um CSNU ampliado.

Intercâmbio Comercial Brasil – PNG (US\$ mil F.O.B.)

	Exportações brasileiras	Variação	Importações brasileiras	Variação	Total de intercâmbio	Saldo
2000	1.078	-14,56	1.078	1.078
2001	813	-24,54	813	813
2002	1.372	68,69	1.372	1.372
2003	783	-42,91	783	783
2004	1.855	136,87	17,73	-98,62	1.838	1.873
2005	1.877	1,17	245	...	1.877	1.877
2006 (jan a abril)	590	32,06	202	...	590	590

Fonte: MDIC

DAOC-I/23.05.06

Aviso nº 614 - C. Civil.

Em 7 de junho de 2006.

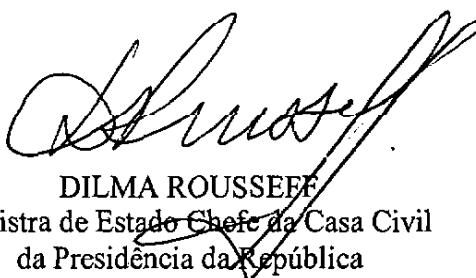
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os *agrément*s dos governos desses países.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado ~~Chefe da Casa Civil~~
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 13/06/2006.